

CADERNOS EBAPE.BR

Cadernos EBAPE.BR

E-ISSN: 1679-3951

cadernosebape@fgv.br

Escola Brasileira de Administração Pública e
de Empresas

Brasil

Zanon da Silveira, Rogério

- Mãe!? O mundo vai acabar...? Reflexões sobre Desdobramentos e Implicações dos Paradigmas

Sociológicos de Burrell e Morgan para os Estudos Organizacionais

Cadernos EBAPE.BR, vol. 11, núm. 4, diciembre, 2013, pp. 652-670

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323229322012>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

- Mãe!? O mundo vai acabar...?

Reflexões sobre Desdobramentos e Implicações dos Paradigmas Sociológicos de Burrell e Morgan para os Estudos Organizacionais



- Mom!? Will the world end...?

Reflections on Deployments and Implications of Burrell and Morgan's Sociological Paradigms for Organizational Studies

Rogério Zanon da Silveira¹

Resumo

Este ensaio se orienta pela seguinte pergunta: Quais desdobramentos e debates importantes ocorreram nos Estudos Organizacionais associados aos estudos de Burrell e Morgan (1979) sobre os paradigmas sociológicos? O objetivo é apresentar um entendimento sobre os estudos desses dois professores, esboçar um panorama das discussões sobre o assunto e discutir, introdutoriamente, novos debates em perspectiva. O ensaio se inspira em indagações lúdicas de uma criança a sua mãe na tentativa de interpretar a realidade social que a envolve. A partir daí, são desenvolvidas reflexões nos campos da objetividade e da subjetividade, integradas com questões epistemológicas e sociológicas da Ciência da Administração. O trabalho é desenvolvido como ensaio teórico e aborda panoramicamente a intensidade das agitações por que passaram e ainda passam os Estudos Organizacionais desde a publicação da obra de Burrell e Morgan (1979), enfocando sua contribuição para enfrentar a hegemonia do funcionalismo nas pesquisas sobre organizações no Brasil. São discutidos aspectos dicotômicos relativos à pesquisa qualitativa e quantitativa e suas relações com pontos de vista epistemológicos e metodológicos correspondentes. Discute-se a possibilidade de utilização de perspectivas teóricas diferentes para o mesmo objeto de estudo, como o chamado multiparadigmatismo e interparadigmatismo nos Estudos Organizacionais, por exemplo. O ensaio indica que as discussões acerca das ideias desses dois professores continuam intensas, gerando um espaço de debates amplo e rico aos pesquisadores dos Estudos Organizacionais, notadamente àqueles interessados no desenvolvimento de pesquisas críticas e interpretativas.

Palavras-chave: Paradigma sociológico. Estudos organizacionais. Teoria crítica. Interpretativismo. Positivismo.

Abstract

This essay is guided by the following question: Which deployments and important debates did take place in Organizational Studies associated with the studies by Burrell and Morgan (1979) about the sociological paradigms? It aims at presenting an understanding on the studies by these two professors, sketching an overview of the discussions on

Artigo submetido em 26 de abril de 2013 e aceito para publicação em 10 de dezembro de 2013.

¹ Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD-UFMG) e Mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGADM/UFES); Auditor Fiscal da Receita Estadual (SEFAZ-ES) e professor convidado da Faculdade Pio XII-ES. Endereço: Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-ES). Av. Jerônimo Monteiro, 96 - 7º andar - Centro, CEP 29010-002, Vitória - ES, Brasil. E-mail: rsilveira@sefaz.es.gov.br

the subject, and discussing, on an introductory basis, new prospective debates. The essay is based on playful questions of a child to his mother in an attempt to interpret the social reality surrounding him. Thereafter, reflections are made in the objectivity and subjectivity fields, interconnected to epistemological and sociological issues of Administration Science. The paper is developed as a theoretical essay and it panoramically approaches the intensity of agitations which the Organizational Studies went through and still go through since the work by Burrell and Morgan (1979) was published, focusing on its contribution to face the hegemony of functionalism in researches on organizations in Brazil. Dichotomous aspects concerning the qualitative and quantitative research and their relations to corresponding epistemological and methodological viewpoints are discussed. We discuss the possibility of using different theoretical perspectives for addressing the same study object, such as the so-called multiparadigmaticism and interparadigmaticism in Organizational Studies, for instance. The essay indicates that discussions about the ideas of these two professors are still intense, generating a wide and rich debating space for researchers in Organizational Studies, notably for those interested in conducting critical and interpretive researches.

Keywords: Sociological paradigm. Organizational studies. Critical theory. Interpretivism. Positivism.

- Mãe!? O mundo vai acabar...?

Quando o menino jogava “boleba”, não sabia se se divertia mais com elas ou elas com ele, até que as juntou às pressas na lata de leite para um galope da rua à cozinha, nos fundos da casa. Petrificado, lata apertada ao peito, esperava sem respirar pela resposta da mãe, durante os eternos instantes em que ela pensava. Momentos antes, o amigo mais velho o alertara seriamente sobre a tragédia do fim do mundo, anunciada pelo pastor Josias, da qual ninguém escaparia. Os olhos da mãe, presos no fogo e na fumaça do fogão, não podiam fitá-lo, o mesmo fogo que um dia...

- Ué!? Todo dia o mundo acaba!

O mundo do menino era tudo o que ele tinha, mas era muito. Era o que a ele fora dado, assim como aos seus amigos, irmãos, pais, todos: indistintamente. O mesmo mundo era o mesmo para todos! O mundo dera a todos um Deus e um destino dado por Deus, e no catecismo era Deus quem dera a todos um mundo. Não importava muito a ordem, pois, de uma forma ou de outra, o mundo era único. A escola, as árvores, as pessoas, o nome dos ministros, a tabuada e o hino nacional a ser decorados na sala de aula, a chuva, a realidade, os talentos, a riqueza, a pobreza: tudo já estava dado. Óbvio que não havia sentido algum nas palavras da mãe, pois algo que acaba, acaba apenas uma vez, pois, não sendo assim, não é possível dizer que acabou. A realidade é uma só e existe da mesma forma para todos. O mundo e a realidade são únicos para todos, pois todos veem o mundo e a realidade da mesma forma. A árvore é vista por todos como uma árvore. Não pode acabar todos os dias o mundo que é único aos olhos de todos...

- Ué! Toda vez que alguém morre o mundo acaba!

... Mas... não... aos... olhos... da... mãe! Que não quisesse ou não pudesse esticar a conversa, ocupada que estava com a esquentação das panelas. Tal qual os carneiros que contava depois da Ave-Maria antes de dormir, rolavam agora na cabeça do menino milhares de mundos, redondinhos, como “bolebas”, que agora “morriam” no “buca”², um após o outro, assim como acontece com cada mundo da mãe. Tudo ficara muito claro: o mundo não é um!!! Mas tantos quantos forem as pessoas que ainda estivessem vivas ou que estivessem nascendo e por nascer, pensava enquanto afrouxava aliviado a lata no peito, seguindo com a

² O termo boleba é utilizado na região do norte do estado do Rio de Janeiro, no caso, em Itaperuna, para apelidar a bolinha de gude, como é mais conhecida. Já o termo buca refere-se a um pequeno buraco aberto no chão para se jogar um tipo de jogo de bolinha de gude. Quando a bolinha de gude cai no buraco, sai do jogo, ou seja, morre. Baiana também é um tipo de jogo de bolinha de gude, no qual é feito um círculo no chão, onde são colocadas várias bolebas. O jogo consiste em tentar retirar as bolinha de gude da “baiana”, jogando contra elas outra boleba.

poeira companheira para a cama. Deitado, olhando a lata ao lado, imaginava as pessoas “indo” uma após uma, e o mundo se acabando, um a um. Porém, se o mundo existisse aos milhares, cada um para uma pessoa, já não poderia ser o mundo igual ao olhar de todos, como o era minutos antes. Ainda que existissem incontáveis mundos, haveria de ser cada um diferente do outro, pois o mundo ou a realidade única não existia, o que existia era o mundo que estava dentro da cabeça de cada um! Na cabeça de cada pessoa caberiam todos os planetas, todas as estrelas, todos os sóis, todo o universo, o espaço, os bichos, as pipas, os medos, as alegrias, as tristezas e tudo o mais que ela pudesse ver, e conhecer, sentir... Caberia “o inimaginável e o impensável”. Bacana!

A professora Lurdinha tinha um mundo próprio, e o mais legal é que podiavê-lo dentro de seu carro: era um mundo mais bonito! O Breno tinha outro, que magicamente podia falar sobre ele com seu pai pelo telefone quase único na cidade. O mundo do Padre Roberto era outro, vigiado que estava por Deus o tempo todo. O do pai, que trabalhava na fábrica de leite que apitava alto, era outro, assim como o da mãe, que costurava pano e comprava Coca-Cola e frango para o domingo. Assim como o mundo de cada um dos 10 ou 15 irmãos do amigo Nêgo Culim, abrigados na velha casa de tábua ao lado, protegida pela natureza e pelo pé de manga espada. Os mundos já não pareciam apenas diferentes, mas muito diferentes um dos outros, nas dimensões subjetiva e objetiva.

O menino e suas ideias não são propriamente o objeto deste estudo, mas apresentam aspectos didáticos em dimensões ontológicas e epistemológicas que ajudam a responder a pergunta que orienta este ensaio: Quais desdobramentos e debates importantes ocorreram nos Estudos Organizacionais associados aos estudos de Burrell e Morgan (1979) sobre os paradigmas sociológicos? O objetivo é apresentar um entendimento sobre os estudos desses dois professores, mostrar um panorama das discussões sobre o assunto e discutir, introdutoriamente, novos debates em perspectiva. São abordadas discussões como a “inconfundibilidade” dos paradigmas sociológicos elaborados por Burrell e Morgan (1979). O termo inconfundibilidade foi um dos adotados neste ensaio na tentativa de representar o termo em inglês *incommensurability*, no lugar do termo incomensurabilidade, geralmente utilizado no Brasil. Além disso, discute-se a adoção multiparadigmática e interparadigmática em pesquisas sobre organizações, abrindo, em seguida, indagações e especulações sobre implicações futuras para os Estudos Organizacionais.

Alguns exemplos lúdicos ou práticos recheiam o texto, com o objetivo de conferir mais leveza e didatismo a um assunto considerado complexo. O pequeno enredo do menino com suas “bolebas” tem esse propósito, aproveitando a coincidência de que naquela mesma época em que os meninos jogavam “boleba” em uma rua qualquer do Brasil, do outro lado do mundo, os dois professores lançavam-se no movediço campo da subjetividade e da objetividade e nas ideias sobre mudança da realidade social e manutenção da ordem estabelecida, para escrever um livro que exerceria forte influência sobre estudiosos do mundo inteiro no campo dos Estudos Organizacionais.

Lembrando uma “conversa” recente, Meneghetti (2011, p. 321) comentava que o espírito de um ensaio seria como uma relação entre sujeito e objeto, “constituído pela interação da subjetividade com a objetividade dos envolvidos”, para o que se inspirou em Montaigne (2002, p. 3): “Quando brinco com minha gata, quem sabe se ela não está se divertindo mais comigo do que eu com ela?”. Em lugar do felino, o menino tinha as inanimadas e animadas “bolebas”, amedrontadas e grudadas dentro da lata, ainda mais apertada ao peito. Imerso no apavorante alerta feito pelo amigo Dijaí, com quem jogava “baiana” na rua minutos antes, de que o mundo acabaria uma vez e de uma vez por todas, o menino se vê agora afogado na simplicidade complexa e espantosa de que o mundo de fato acabaria, porém, muitas vezes, e todos os dias, simplicidade vinda da mãe em um breve e desconfiado soslaio. Era prudente esperar, petrificado e bestializado, inclusive pelo fim de tudo e, quem sabe, até naquele momento: toda vez que alguém morre o mundo acaba?

Mudaria tudo e o menino não seria mais o mesmo. Agora, precisava ser mais forte, pois de pequenino que era diante do mundo havia de ter um mundo inteiro para ele e não havia mais motivos para temer um mundo que cabia dentro dele. Cabendo dentro dele, era o menino, por que não, maior que o mundo!? Entretanto,

como fazia com as “bolebas”, era preciso, agora, cuidar desse novo mundo. “*Mas, cuidado! Você vai precisar agora de muita reflexão, de ação, de autonomia, de participação, de criação; poderá querer transformar esse mundo, ou mantê-lo apenas, quem sabe*”, inspiraria sua mãe e suas posteriores leituras. Já um pouco assorentado, pensava que conseguindo edificar um bom mundo, haveria uma realidade, ainda que singular, que poderia ajudar na construção de outros mundos singulares. Com mais mundos bons, mais mundos bons, já sonhava o menino. Porém, não podia descartar a realidade única, igual e dada a todos com a qual lidava, já que ela ainda existia, por exemplo, no pensamento do amigo, sonhava enquanto bocejava, acordando. Haveria, então, uma realidade determinada e comum a todos, mas haveria, também, uma realidade que era peculiar e construída por cada um e uma realidade aos olhos de cada um. Mais do que isso, haveria de existir infinidades de outras realidades, situadas entre os dois extremos que vão, em uma linguagem de professor, da realidade social objetivada à realidade social subjetivada.

Do outro lado do mundo, instigados por pensamentos “tipo assim”, os dois professores ingleses Burrell e Morgan (1979) buscavam tipificar visões de mundo ou de realidade dentro das quais poderiam ser compreendidas teorias oriundas das mais diversas áreas e utilizadas nos Estudos Organizacionais. Essas visões de realidade tinham como ponto de partida as extremidades da objetividade e da subjetividade, que deram origem a quatro paradigmas sociológicos, como foram denominados. É preciso destacar, no entanto, que visões mais rígidas em torno dessa dicotomia subjetividade *versus* objetividade se deram muito mais por conta de debates propagados a partir de sua obra. Entretanto, o fato é que as ideias desses dois professores, propulsionadas pelos debates em torno delas, correram o mundo e eles tornaram-se celebridades acadêmicas, ainda que tenham tomado rumos diferentes posteriormente. Os impactos de suas ideias nos Estudos Organizacionais foram significativos, desenvolvendo, ainda, debates calorosos em torno da ideia de que os quatro paradigmas não se confundem, ou não se misturam, até se chegar ao florescimento de propostas que pregam e adotam acepções multi ou interparadigmáticas, abrindo campo para novas e interessantes discussões.

Mas em que consistem os paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (1979)?

Os Estudos Organizacionais são caracterizados pela utilização de perspectivas teóricas e metodológicas variadas, ainda que prevaleça a dominância positivista e funcionalista, e foi em uma tentativa de trazer esclarecimento dessa diversidade que Burrell e Morgan (1979) trabalharam o mapeamento dessas teorias. Suas ideias partem do princípio de que os cientistas sociais estudam seus temas por meio de pressupostos que dizem respeito à natureza do mundo social e à forma pela qual esses pressupostos podem ser investigados.

O primeiro desses pressupostos está relacionado à ontologia, que coloca aos cientistas sociais a questão de observar se a partir de suas visões a realidade a ser estudada é externa ao indivíduo ou se é um produto da consciência do ser humano. Nesse ponto, o menino pode ajudar. Até o momento em que teve o diálogo com a mãe sobre o fim do mundo, para ele, não existia outro mundo que não fosse o que ele via de dentro para fora e, para ele, todos ao seu redor viam um mesmo mundo; viam um mundo de uma mesma forma. Se a isso fosse acrescentado o determinismo, como o dogmatismo de que a realidade é previamente traçada por Deus ou pela matemática, por exemplo, haveria de existir, de fato, um único mundo, ou uma única realidade social, pronta, dada. Realidade que não era passível de ser modificada pelos seres humanos, acreditavam alguns. Esse poderia ser, assim, muito resumidamente entendido, um extremo do ponto de vista ontológico objetivista.

A subjetividade, em seu extremo, poderia ser representada pela transformação do menino que absorve o “pensável e o impensável”; o que existiu, o que existe e o que existirá; o concreto e o abstrato, enfim, tudo, na construção de sua própria subjetividade. A realidade é aquilo que ele constrói. A subjetividade do menino será o resultado dessa tensão constante entre seu mundo interior e o mundo exterior? O exemplo do menino pode não ser bem o que pensaram Burrell e Morgan (1979), mas ajuda a entender ou a imaginar o abismo que separa esses dois extremos ontológicos, que conduz à questão sobre a qual se debruçam muitos

estudiosos, qual seja: A partir de qual dessas perspectivas ontológicas, ou a partir de qual ponto entre elas, poderia ser compreendida a natureza humana?

O segundo conjunto de pressupostos está associado a esse dualismo ontológico que compõe o primeiro pressuposto. Diz respeito às bases do conhecimento, ou como alguém poderia entender o mundo e transmitir esse conhecimento por meio da comunicação. Trata-se de um conjunto de pressupostos situados em dimensões epistemológicas opostas, representadas, por um lado, pela visão de que o conhecimento é algo concreto, objetivo, real e capaz de ser transmitido objetivamente; e, por outro lado, por uma visão “mais palatável”, “digamos”, de que o conhecimento é algo subjetivo, espiritual ou até transcendental, que se baseia na experiência e no sentido pessoal.

Entretanto, o que move mesmo a humanidade e a faz avançar é o progresso, e nada o deterá. Nessa fé estão fincados historicamente os Estudos Organizacionais, em trabalhos que ganharam expressão a partir de meados do século XIX. Burrell (2006, p. 438) é firme ao dizer que “nos anos 60, o campo da análise organizacional era ilusoriamente simples. A figura de Max Weber preenchia o espaço tal como um colosso e foi sob sua sombra que quase todo o trabalho foi desenvolvido”. Destaque-se que esse comentário de Burrel (2006) é feito a partir de uma abordagem americana funcionalista do pensamento de Max Weber, influenciada especialmente por Parsons (1937), que o associou ao funcionalismo de Emile Durkheim. Entretanto, não se pode associar Max Weber a uma única linha de pensamento, já que, como expõe Misce (2008, p. 47), “sua influência foi decisiva em obras que foram publicadas antes da Segunda Guerra, algumas das quais vieram conformar grande parte do quadro atual da sociologia. Entre essas obras, basta citar” *Ideologia e Utopia*, de Mannheim (1976); *História e Consciência de Classe*, de Lukács (2003); a própria *Estrutura da Ação Social*, de Parsons (1937); e *Fenomenologia do Mundo Social*, de Schutz (1972). Razoável, então, seria associar o termo *ingenuidade* à antecipação que se fazia do “triunfo da ciência sobre a política, bem como à vitória da ordem e do progresso coletivos concebidos racionalmente acima da recalcitrância e irracionalidade humanas” (REED, 2006, p. 61).

Retomando, a ciência, então, precisava tornar-se autônoma para o próprio bem da humanidade, mas, para isso, é preciso que delimito seu objeto próprio. Assim pode ser entendida resumidamente a dimensão objetiva. O “fato social” concebido por Durkheim (1972) haveria de ser esse objeto próprio da ciência, a ser “extraído” ou “construído” da vida social para ser estudado, objetivamente, matematicamente, tal qual se estudam elementos e questões da natureza, como o movimento de astros e planetas. Como explicam Rodrigues e Fernandes (2010), fatos sociais podem ser entendidos como fenômenos que se passam na sociedade com certa generalidade e que despertam certo interesse, mas esse conceito deixaria muito em aberto a noção de fato social, por isso é prudente delimitá-lo:

É fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter (DURKHEIM, 1972, p. 11).

“O suicídio” (DURKHEIM, 2002) pode ser identificado como um fato social, caso não seja estudado simplesmente como um fato individual isolado. Ou seja, se estudado um conjunto de suicídios em determinado período e em determinada sociedade, será possível constatar que o total não será o mesmo que a soma das unidades, mas haverá de constituir fato que possui natureza própria e social. A partir de sua compreensão de fato social e das regras que elaborou para o método sociológico de pesquisa que desenvolveu, Durkheim (1972; 2002) estudou o suicídio nos anos de 1841 a 1872 em países europeus. O que fez foi tentar provar que determinado fenômeno social pode ser estudado a partir de métodos ou recursos matemáticos ou quantitativos fundados em visões ontológicas e epistemológicas associadas à objetividade. A partir dessas ideias, viabiliza-se, e até se banaliza, às vezes, o estudo de fatos sociais diversos, como a criminalidade, acidentes de trânsito, pobreza, riqueza, epidemias, eleições, comportamento do consumidor, casamentos, nascimentos, e tantos outros.

Durkheim (2002) abriria, assim, caminho para interpretações que transformariam e transformam cada vez mais os graves problemas sociais em meros fatos sociais. Nos primeiros dias após o *Feliz Ano Novo!* de 2013, como tantos jornais o fizeram no Brasil, um jornal do Espírito Santo tratou assim o problema da violência no ano de 2012: “Homicídios no estado: 1.660 casos em um ano. Número de assassinatos caiu 2,8% em relação a 2011” (A GAZETA, 2013a, p. 3). Difícil entender se é mais grave socialmente o número de assassinatos ou a frieza numérica com que é tratado o assunto. A comemoração ficaria por conta das 48 pessoas que escaparam de ser assassinadas naquele ano de 2012. Quem seriam? Uma alta autoridade pública estadual assim comentaria os novos dados sobre o “fato social”:

Nossa meta para 2013 é manter e consolidar essa tendência de redução. A longo prazo, é chegar à média nacional de 27 homicídios por cada grupo de 100 mil habitantes”. [...] No início de 2012, houve um crescimento grande da violência. Considerando esse cenário, não esperávamos nada muito acima de 3%. Mesmo assim, a política não vai mudar só porque a redução de homicídios não ocorreu dentro do esperado (A GAZETA, 2013a, p. 3).

Passados poucos dias, em 9 de janeiro, o mesmo jornal traria estatísticas estarrecedoras dando conta de 42 mortes violentas apenas nos primeiros 7 dias de 2013. A partir de sua perspectiva objetivada e exteriorizada, as autoridades se limitariam a dizer que “os números ainda não são alarmantes” (A GAZETA, 2013b, p. 11), talvez sem saber que superam “fatos sociais” análogos de regiões em situação de guerra civil. Às vésperas de 2014, foi estabelecida a meta de 30 homicídios por grupo de 100 mil habitantes para o ano de 2020, e menor que 10 para o ano 2030, contra a taxa de 46,4 em 2012 (ESPIRITO SANTO, 2013, p. 150).

As impressões do menino a respeito desses fatos, antes do susto recebido da mãe, também seriam de otimismo. Ou seja, a partir de um olhar positivista e funcionalista, essa realidade é dada e não pode ser modificada, precisa apenas ser administrada. Na visão de Durkheim (2002), trata-se de um fato social normal, não no sentido de que pessoas estejam sendo assassinadas, mas de que a quantidade de assassinatos tem sido mantida dentro de parâmetros estatísticos aceitáveis para a região, normalidade receptiva pela autoridade estadual, que analisa a situação a partir de uma visão funcionalista, diga-se, *en passant*, expressão da subjetividade social (GONZÁLEZ REY, 2005) hegemônica em nossa sociedade. Essa matéria jornalística, como tantas outras, estampa o dogma da objetividade em cada parágrafo. “Vê-se a ausência”. A ausência de conhecimentos científicos acerca das causas dessa violência desenvolvidos a partir de outros prismas ontológicos e epistemológicos que não somente o da objetividade. Vê-se a falta de iniciativa para buscar a compreensão do problema em dimensões mais amplas. O resultado são propostas fincadas no pensamento quase único do combate à violência pela via da violência, como aumento do efetivo policial e aquisição de mais armas.

Entretanto, foge ao escopo deste ensaio tecer críticas particulares ao jornal, aos seus jornalistas ou mesmo às autoridades locais, já que se trata de uma visão social hegemônica que atravessa a mídia local, estadual e nacional para conformar matérias desse tipo em todo o país, alterando-se apenas números matemáticos e regiões onde os assassinatos ocorreram. Trata-se de um exemplo da realidade social que ajuda a compreender as discussões sobre os paradigmas sociais. Assim como o conjunto de casos de assassinados (fato social) que parece ter “vida própria”, já que se trata de casos que se repetem diariamente, o conjunto desse tipo de matéria jornalística também parece ter essa vida própria, já que se repetem ou se reproduzem país afora. A esse respeito, Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009) ajudam a explicar que o fato social, segundo Durkheim (1972), possui vida própria e é externo aos indivíduos, por isso, o mundo social está subordinado a leis próprias, o que leva à necessidade de possuir um método próprio para ser estudado.

Lançando mão, ainda, desses casos de violência, é razoável dizer que a respeito deles Husserl (2001) pensaria de forma bem diferente, posto que está no lado extremo da perspectiva subjetivista. Para o autor, determinado fato social talvez não passasse de fenômeno, que não é o mesmo fenômeno social objeto de estudo da sociologia. Fenômeno, para Husserl (2001), é o objeto científico da fenomenologia. A fenomenologia é uma doutrina que defende que o intelecto intui uma certeza sobre a essência das coisas, de

forma imediata e absoluta, como explica Moreira (2002). “O que aparece na consciência é o fenômeno”, diz Moustakas (1994, p. 26). O fato social de Durkheim seria, assim, um fenômeno. A “boleba” do menino que rola lentamente em direção ao “buca” também é um fenômeno. Os incontáveis encontros de meninos em uma mesma época do ano em diferentes ruas em diferentes cidades teriam, em conjunto, a característica de fato social para Durkheim (1972), e, por sua vez, seriam, cada um, fenômenos para Husserl (2001).

“Fenomenologicamente”, sobre um fenômeno, o cérebro intui de imediato uma certeza a seu respeito, e assim vai. Um homicídio é um fenômeno e o conjunto de homicídios é um fenômeno. Para entender esse fenômeno a partir de uma perspectiva fenomenológica, seria preciso expressar o que o cérebro intui de imediato quando alguém é vitimado ou quando são divulgados dados sobre um conjunto de homicídios. Se possível, compreender a própria interpretação do vitimado a respeito do fato. O que o cérebro humano intui de imediato nesse caso? Trata-se de uma realidade dada a ser administrada? Ou trata-se de uma realidade dura a ser combatida a partir do conhecimento de suas causas mais profundas? Que causas são essas? Que aspectos econômicos, históricos, culturais ou sociais estão associados a essas causas? E como identificar essas expressões culturais e históricas determinantes para a ocorrência desses fatos sociais? Como combatê-los? O Poder Público, por si, é responsável por eles? Pode enfrentá-los sozinho? O fato é que esse tipo de reflexão possibilita entrever como os Estudos Organizacionais estão longe da busca pela compreensão interiorizada ou subjetiva acerca da realidade social, diante de seu aprisionamento nas hegemônias heterônomas e objetivistas.

Porém, voltando aos paradigmas sociológicos, contando agora com elementos para se situar acerca da realidade sobre a qual se está pesquisando – externa, como a da autoridade estadual mencionada; ou interiorizada, tal qual a do menino – e contando, ainda, com compreensão a respeito de como o conhecimento é construído – se de forma objetiva ou subjetiva; fato social ou fenômeno, por exemplo –, resta ao pesquisador a opção de pensar o ser humano sob duas abordagens diferentes. A primeira é pensar os seres humanos como meros produtos do meio social em que vivem, ou seja, acomodados e submetidos às determinações da realidade e condicionados às circunstâncias externas que lhe são dadas desde que nascem. Outra é pensá-los a partir da ideia de livre-arbítrio, “voluntarismo”, em que o ser humano é um ser construtor de seu ambiente social (BERGER e LUCKMANN, 2010), controlador e senhor desse ambiente e da vida social, em vez de exercer o papel de controlado. “De ator, e não de sujeito”. Ou em vez de exercer papel de “marionete”, na opinião de filósofos mais radicais, como Cornelius Castoriadis.

O ser humano é produto da realidade social ou a realidade social é construída pelo ser humano? Recorrendo à lógica de Durkheim (1972, p. 1), se “o devoto, ao nascer, encontra prontas as crenças e as práticas da vida religiosa; existindo antes dele, é porque existem fora dele”. Sendo externo aos indivíduos e dotado de vida própria, o fato social “exerce sobre seus corações e mentes uma autoridade que os leva a agir, a pensar e a sentir de determinadas maneiras”, explicam Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009, p. 70). Ou não? Ou seria o fato social uma construção social, como na acepção de Berger e Luckmann (2010)?

Bem, entendidas as dualidades existentes nas dimensões do ontológico, do epistemológico e da forma de compreensão a natureza humana, é possível visualizar implicações desses conjuntos de pressupostos sobre método de estudo nas ciências sociais. Ou seja, é possível entrar, finalmente, na questão sobre o método de pesquisa nos Estudos Organizacionais. É que cada um dos três conjuntos de pressupostos acarreta consequências importantes para a forma de investigação e obtenção de conhecimento no mundo social. Diferentes metodologias de pesquisa têm origem em diferentes ontologias, epistemologias e modos de compreensão da natureza humana, e é fácil perceber que a complexidade dessas ideias parece aumentar.

Metodologias empregadas nas ciências sociais podem ser associadas, por exemplo, às que tratam o estudo da vida em sociedade da mesma forma como tratam o estudo do mundo natural, como sugerido por Durkheim (1972). A sociedade humana e o mundo natural são tratados da mesma maneira, como algo concreto, real e externo ao indivíduo. Dentro dessa visão, entende-se que fatos sociais podem ser estudados com o emprego de métodos de pesquisa quantitativos utilizados, por exemplo, para investigar, de um ponto de vista astrotípico, a preocupação de Cássia Eller sobre o que acontecerá “quando o segundo sol chegar para

realinhar as órbitas dos planetas”! Se bem que a música “O Segundo Sol”, do cantor Nando Reis, é uma metáfora que tem muito a ver com discussões apresentadas neste ensaio, como ele explica em vídeo na internet, no *Youtube*:

O segundo sol, assim, simboliza a outra opinião. Significa uma maneira de pensar que não há uma verdade absoluta. É claro que está colocado ali como um segundo sol, na figura de um outro astro, de que desconcertaria essa ideia de que o sistema solar está passan... por ... enfim. Mas o sentido dessa imagem é justamente de você relativizar as coisas e não crer que há verdade absoluta. Então, uma segunda opinião, uma segunda forma de olhar, é o mínimo que se pode se pensar sobre qualquer coisa. (NANDO REIS, 2013- transcrição nossa)

Voltando à visão de emprego de métodos quantitativos para compreensão da realidade social, outros cientistas sociais, no entanto, podem perceber a vida ou o mundo social como algo subjetivo. Algo ligado à pessoa, ao sujeito, à subjetividade. Sob essa perspectiva, então, seria razoável estudar um fato social, escutando o que o sujeito envolvido em determinado fato tem a dizer. Escutar e buscar compreender as pessoas, suas expressões! Nessa dimensão situa-se, por exemplo, a ideia de “legitimação do singular como instância de produção de conhecimento” e “o ato de compreender a pesquisa, nas ciências antropossociais, como um processo de comunicação” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 10 e 13), em contraponto à ideia de que dados obtidos pelo pesquisador “falam” por si. Esse breve contexto ajuda a compreender porque estão situadas em polos diferentes a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa.

Mais que isso, essas reflexões ajudam a entender porque o debate ontológico coloca em lados opostos a visão nominalista e a visão realista. Berger e Luckmann (2010) explicam, em síntese, que o *realista* entende o mundo social existente independentemente de uma percepção desse mundo por parte do indivíduo. Já o *nominalista* entenderia o oposto: tudo o que existe em termos de, por exemplo, nomes, conceitos ou títulos são meras criações artificiais, com o objetivo de descrever, prover de sentido ou interagir com o mundo externo. Metaforicamente, o que existe são máscaras. O realismo postula que o mundo social externo é um mundo real, formado por estruturas tangíveis e relativamente imutáveis. Já o debate epistemológico coloca frente a frente visões positivistas e antipositivistas. Esses autores utilizam o termo positivista para adjetivar epistemologias que buscam explicar o mundo social por meio da procura de regularidades e de relações de causa e efeito entre os elementos que o constituem. Entretanto, o mundo social, na visão antipositivista, somente pode ser compreendido do ponto de vista das pessoas envolvidas no que está sendo estudado. E então? A partir de qual desses pontos de vista é possível estudar uma empresa ou um ambiente organizacional qualquer?

O terceiro debate em Burrell e Morgan (1979) está centrado na natureza humana, ou seja, gira em torno da discussão sobre como o ser humano é compreendido em determinada teoria social. Em um extremo está a ideia de que o homem e suas atividades são determinados pelo ambiente onde está situado o ser humano. No outro extremo está a visão de homem vivendo livre de sistemas e estruturas sociais, a visão voluntarista do homem autônomo e possuidor de livre-arbítrio. Por fim o quarto debate, o metodológico, põe em um lado a compreensão de que o mundo social somente pode ser entendido a partir da obtenção, em primeira mão, do conhecimento a ser investigado. Trata-se da abordagem ideográfica, que enfatiza a importância de que a natureza e as características daquilo que está sendo investigado sejam reveladas pela via da subjetividade do ser humano. No outro lado, nesse quarto debate, está a crença de que a pesquisa deve ser guiada por protocolos sistemáticos, matemáticos, técnicos, pois a ciência social pode ser compreendida a partir de métodos e técnicas de pesquisa empregadas nas ciências naturais, lançando mão de elementos científicos objetivos, como experimentação, questionários, estatística, testes de verificação, generalização etc. Nas ciências sociais são aplicados, dentro do ponto de vista nomotético, os mesmos rigores científicos aplicados nas ciências naturais, como no exemplo da pesquisa sobre o suicídio realizada por Durkheim (2002). Passando por esses quatro pressupostos, é possível entender o vislumbre dos professores Burrell e Morgan (1979), como destaca o subtítulo a seguir.

Os paradigmas sociológicos como espécie de “lente” para o estudo da teoria social

Os anos que se seguiram reafirmariam a coerência de suas investigações. As posições extremas desses quatro conjuntos estão refletidas nas duas principais tradições intelectuais predominantes na ciência social, agrupadas em torno de correntes antagônicas que podem ser identificadas como positivismo sociológico e idealismo germânico. O positivismo pode ser entendido como a busca por transferir aspectos oriundos das ciências naturais pela via dos estudos da sociedade e, assim, criar uma ciência social (DONALDSON, 2005). Donaldson (1999) defende atenção ao que chama de “ciência normal”, ou seja, teorias associadas ao funcionalismo sociológico. Seu pensamento seria, então, preponderantemente determinista, pois entre suas ideias principais se encontra a de que as organizações são estruturadas e se adaptam ao ambiente onde estão inseridas. O termo idealismo germânico (ou alemão) caracteriza uma corrente filosófica (com desdobramentos) que parte de Immanuel Kant (1724-1804), no final do século XVIII, e desenvolve-se até a metade do século XIX, passando por filósofos como Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) e Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling (1775-1854), até se consolidar em Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). Em oposição ao positivismo, ontologicamente, o idealismo alemão defende a existência de entidades de ideias e, epistemologicamente, nutre a tese de que a compreensão do mundo exterior não é independente do pensamento do sujeito.

Em suma, o positivismo representa tentativa de aplicar às atividades humanas modelos e métodos oriundos das ciências naturais. Já em oposição ao positivismo sociológico se encontram pensamentos de que a realidade última do universo está na ideia, no pensamento, e não nos dados. Como fraseia amiúde González Rey (2005), *ciência é pensamento*. Assim, o positivismo sociológico e as ideias de que ciência é pensamento estariam situados, respectivamente, nos extremos da objetividade e da subjetividade do modelo idealizado por Burrell e Morgan (1979). Determinismo é ciência? Pensamento é ciência? Ambos são ciência? Trata-se de dicotomia que acarreta variáveis abissais aos Estudos Organizacionais. Como menciona Reed (2006, p. 62), “enquanto Hegel fez uso da dialética histórica para erradicar o conflito social (Plant, 1973), os teóricos organizacionais depositavam sua fé na organização moderna como a solução universal para o problema da ordem social”. Essa encruzilhada filosófica, por assim dizer, tem a ver com outro desdobramento importante nas ideias de Burrell e Morgan (1979), ao abordar o que destaca o subtítulo a seguir.

A dualidade ordem e conflito nos paradigmas sociológicos

Foi principalmente a partir da década de 1950 que floresceram as tentativas de sociólogos de distinguir escolas e pressupostos metassociológicos. Dahrendorf (1959) e Lockwood (1956) iniciaram naquele período a tentativa de esclarecer, em abordagens sociológicas, a natureza da ordem e do equilíbrio social de um lado, e de outro a natureza de abordagens que se detinham sobre problemas associados à mudança, ao conflito e também à coerção imposta pelas estruturas sociais. Assim como na preponderância do positivismo sociológico sobre as correntes ligadas ao idealismo germânico, os teóricos da ordem predominavam sobre os teóricos do conflito. A explicação para esse fato pode ser atribuída ao privilégio dado pelos sociólogos às leituras de Durkheim, Weber e Pareto, teóricos interessados na ordem social, em detrimento da atenção ao pensamento de Karl Marx sobre o papel exercido pelo conflito como força que impulsiona a mudança na sociedade, como explicam Burrell e Morgan (1979).

Em síntese, aos polos objetividade e subjetividade foram acrescidos os debates ordem e conflito. Imaginando um quadrado dividido em 4 partes, tem-se do lado direito 2 quadrados no plano da objetividade e do lado esquerdo a subjetividade. Por sua vez, os 2 quadrados de cima pertencem ao debate sobre o conflito e a mudança. Os 2 quadrados de baixo pertencem ao debate sobre a regulação ou manutenção da ordem estabelecida ou manutenção do *status quo* da realidade social, como mostra sinteticamente o Quadro 1.

Quadro 1

Representação Básica dos Pressupostos Paradigmáticos de Burrell e Morgan

| | |
|------------------------------------|-----------------------------------|
| Subjetividade / Conflito e Mudança | Objetividade / Conflito e Mudança |
| Subjetividade / Ordem e Regulação | Objetividade / Ordem e Regulação |

Fonte: Adaptado de Burrell e Morgan (1979).

Implicações residem no fato de que, no lado da objetividade, surgirão os paradigmas da estrutura radical e do funcionalismo, com o primeiro pregando a mudança social, inspirada principalmente em interpretações estruturalistas de ideias de Karl Marx, paradigma denominado de estruturalismo radical. O segundo, entendendo a sociedade pela manutenção de seu *status quo*, no qual as ideias de Durkheim (1972) sobre fato social e com ênfase na natureza da coesão social, por exemplo, fornecem base muito forte à ideia de manutenção da ordem, sintetizada pelo termo regulação. De forma análoga, as ideias de mudança e de regulação também são adaptadas no lado da subjetividade. Em um campo, procura-se compreender a realidade sem a preocupação de alterá-la ou transformá-la; no outro, está a visão que busca a compreensão da realidade a partir do pensamento do indivíduo, mas, ao mesmo tempo, com a intenção de mudá-la socialmente. Estão, então, colocadas em oposição, dentro do paradigma subjetivo, o que foi denominado por Burrell e Morgan (1979) *interpretativismo* e *humanismo radical*, respectivamente, que juntamente com a ideia de *regulação* e de *mudança radical*, formarão os quatro paradigmas sociológicos (Quadro 2) dentro dos quais, em tese, pode-se compreender teorias, epistemologias e métodos utilizados nas ciências sociais. A ideia central que caracteriza o interpretativismo é a de que o mundo social não pode ser compreendido do mesmo modo que o mundo natural e o físico (HATCH e YANOW, 2005).

Quadro 2

Os Quatro Paradigmas Sociológicos de Burrell e Morgan (1979)

| | |
|-------------------|------------------------|
| Humanismo Radical | Estruturalismo Radical |
| Interpretativismo | Funcionalismo |

Fonte: Adaptado de Burrell e Morgan (1979).

Em qual desses quatro paradigmas estaria situada determinada pesquisa no campo dos Estudos Organizacionais? Por qual deles um pesquisador optaria para basear um estudo em Administração? Escolhido o quadrante, por quais teorias optaria e como reconheceria determinado autor ou determinada teoria como situada em um ou outro quadrante? Que elementos objetivos ou subjetivos estariam envolvidos nessa escolha? Seria possível misturar ou combinar teorias situadas em quadrantes diferentes a fim de basear um estudo em Administração?

Questões que são colocadas, claro, com vigilância ao engessamento ou dogmatismo, escutando o próprio Burrell (2006, p. 444): “As palavras, especialmente em torno de conceitualizações, servem para aprisionar, imobilizar e ferir aquilo a que elas buscam se referir”. Esses comentários constituem crítica de Burrell (2006)

a interpretações rígidas de “seus” paradigmas sociológicos. Dogmatismo talvez decorrente da falta de uma linguagem e de um projeto compartilhado para o campo dos Estudos Organizacionais, acrescenta.

No campo dos Estudos Organizacionais, o que serve também para outras áreas do conhecimento, é possível partir de pontos de vistas diversos para buscar respostas para essas questões, mas um ponto de partida interessante poderia ser pensar sobre o que vem a ser uma organização. O que é uma organização? O que é uma organização do ponto de vista ontológico da objetividade e da subjetividade? No Brasil, notadamente a partir da década de 1980, os estudos sobre as organizações cresceram substancialmente e, ainda que o funcionalismo (objetividade) continuasse dominando fortemente o campo, os estudos baseados em abordagens interpretativistas (subjetividade) avançaram bastante, como diz Caldas (2005).

De alguma forma, essa tendência acompanhou o que também ocorreu, principalmente, em muitos países europeus. Esse afunilamento funcionalista foi perpetuando-se no Brasil muito em decorrência da falta de conhecimento acerca de ideias alternativas, devido ao que Caldas e Fachin (2005, p. 47) entendem como tendência de não se ensinar o que não se conhece. Assim, “nos cursos de graduação e pós-graduação, repetia-se o fenômeno: a teoria organizacional ensinada era tipicamente um funcionalismo desatualizado, comumente pré-contingencialista (CALDAS e FACHIN, 2005, p. 47). Caldas (2005) ainda enfatiza a grande confusão gerada com o que destaca o subtítulo a seguir.

A entrada de perspectivas interpretativistas nos Estudos Organizacionais no Brasil

O que ocorreu foi que a falta de referências básicas, provocada, entre outros motivos, pela carência de publicações em português, fazia com que pesquisadores misturassem inconscientemente ideias situadas em paradigmas sociológicos muito diferentes. “Uma boa parte queria juntar e citar em seu apoio [...] tudo o que havia lido na vida, de Karl Marx a Peter Drucker, passando eventualmente por Lair Ribeiro”, completa com ironia Caldas (2005, p. 53). Mas alguns textos tinham passagem quase obrigatória nos trabalhos daqueles que se dedicavam a selecionar material considerado essencial, prossegue, como é o caso de estudos clássicos de Herbert Simon e Max Weber e de brasileiros como Alberto Guerreiro Ramos, Maurício Tratemberg e Fernando C. Prestes Motta.

Como observa Caldas (2005), o fato é que a obra de Burrell e Morgan (1979) teve papel crucial para o desenvolvimento dos Estudos Organizacionais no Brasil, contribuindo para a formação intensiva de mestres e doutores nas décadas de 1980 e 1990. O trabalho, no entanto, teve seu uso diminuído, parcialmente, em razão da publicação do livro *Imagens da organização* (MORGAN, 1996). Utilizando figuras de linguagem para tipificar ideias predominantes nos Estudos Organizacionais em cada paradigma, ao ver metaforicamente as organizações como máquinas, organismos, cérebros, culturas, sistemas políticos, prisões psíquicas, fluxo e transformação e instrumentos de dominação, esse livro é mesmo uma espécie de denúncia aos Estudos Organizacionais nos anos 1980, como considera Burrell (2006, p. 450), acrescentando que:

Poderia ser demonstrado que o impacto desse livro foi maior do que *Sociological Paradigms and Organizational Analysis* (SPOA), não apenas por ter sido escrito numa forma não técnica, mas porque ele escancarou o conceito de “paradigma” ao girá-lo claramente de volta à incompatibilidade.

Fato é que os estudos de Burrell e Morgan (1979), talvez em decorrência da amplitude que tomaram suas ideias, foram “palco” de controvérsias e de debates homéricos, centrados principalmente na questão sobre se os quatro paradigmas sociológicos podiam ou não ser combinados, misturados ou confundidos. Weaver e Gioia (1994), por exemplo, questionaram a tese de que os paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (1979) não se confundem e, se interpretada no limite, essa tese engendra hermetismo teórico no campo dos Estudos Organizacionais. Esse argumento invoca a teoria da ação, de Giddens (1984), dizendo que sua

abordagem estruturalista, que busca uma espécie de interlocução ou aproximação entre “agente” e “estrutura”, ajuda a resolver a questão sobre se os paradigmas sociológicos podem ou não ser “misturados” para a realização de pesquisa em organizações. “A análise estruturalista possibilita uma ideia de impermeabilidade e de imperialidade dos paradigmas, enquanto ainda mantém perspectivas distintas dentro da pesquisa organizacional” (WEAVER e GIOIA, 1994, p. 565, tradução nossa).

Diferentemente de Weaver e Gioia (1994), pensam Jackson e Carter (1991), que haviam reagido veementemente a ataques à autonomia dos paradigmas argumentando que tal autonomia é fundamental para a luta contra o autoritarismo científico, referindo-se à dominância do positivismo e do funcionalismo nas ciências sociais. Tese bastante sedutora, por sinal. Os autores salientam que os estudos de Burrell e Morgan (1979) constituem crítica heterogênea à predominância funcionalista nas décadas de 1960 e 1970, ao mesmo tempo que abrem novas possibilidades para compreensão das práticas e das estruturas organizacionais.

A incomparabilidade, inconfundibilidade ou independência dos paradigmas é inegociável, pois é uma característica fundamental do modelo, sem o que os paradigmas se transformam em uma desnecessária elaboração de algo que já está teoricamente organizado e complexo (JACKSON e CARTER, 1991, p. 110, tradução nossa).

Ainda que outros estudiosos tenham se debruçado sobre essas questões, sobre a independência ou não dos quatro paradigmas sociológicos elaborados por Burrell e Morgan (1979), e ainda que tenham sido mais amplos e complexos os argumentos que sustentaram e ainda sustentam esses debates, os dois pontos de vista antagônicos apresentados sugerem uma dimensão das implicações que acarretaram nos Estudos Organizacionais. É possível imaginar estudantes e pesquisadores situados em um ou outro lado no curso de suas pesquisas, escolhendo ou excluindo autores e teorias que vão sustentar seus estudos por se encontrar ou não dentro de suas respectivas visões ontológicas, epistemológicas, humanas e metodológicas. É possível imaginar o intenso debate gerado a partir dessas ideias, assim como a tentativa de enquadramento ou autoenquadramento de campos acadêmicos em Administração: de cada área, de cada trabalho, de cada professor, de cada aluno...

Fato é que a concepção dos paradigmas sociológicos fez com que as visões sobre o que é uma organização se tornassem mais amplas, diversificadas e complexas. A fábrica que apita alto, como aquela da mente do menino, pode ser vista ou estudada a partir de uma das lentes ou quadrantes paradigmáticos. A fábrica pode ser vista, por exemplo, como uma estrutura edificada, composta por várias máquinas, mesas, cadeiras, latas de leite em pó, apitos, chefes que não falavam português, trabalhadores, caminhões, organogramas, regras, dinheiro, etc. A fábrica é branca e vermelha, possui uma chaminé bem grande que solta muita fumaça e todas as suas filiais também são assim. A fábrica é algo concretizado, objetivado, dado, que precisa ser mantido. Ontologicamente, é objetiva; epistemologicamente, é uma realidade dada; do ponto de vista da natureza humana, o homem está a ela subordinado, já que, entre outras razões, ela existia antes do homem que trabalha nela, como inspira Durkheim (1972); e, do ponto de vista metodológico, é preciso estudá-la a partir de bases teóricas fundadas no positivismo e no funcionalismo; na matemática. A fábrica é uma estrutura dentro de uma estrutura maior, onde o ser humano está encarcerado. A fábrica, como imaginava o menino, que enquanto jogava “boleba” ouvia seu apito dizendo que era hora de ir para casa almoçar, não era uma construção social. Aquela realidade estava dada, objetivada.

Porém, sem as pessoas que a compõem, o que seria a fábrica? O que seria qualquer organização? Uma passagem quase poética de Castoriadis (1992, p. 122), de sua visão a respeito da cidade política e democrática de Atenas por volta do século V, pode ajudar a pensar como seria a fábrica sem seus trabalhadores, fornecedores e clientes – sem seus seres humanos:

A sociedade ateniense não é nada mais do que os atenienses – sem os quais ela é somente restos de uma paisagem trabalhada, cacos de mármore e de vasos, inscrições indecifráveis, estátuas caídas e recuperadas num ponto qualquer do mediterrâneo.

Sem suas pessoas, seus sujeitos, e não “atores”, as fábricas não passariam, então, de cacos, mundos fragmentados? Castoriadis (1992, p. 111) comprehendia a história não apenas como a história feita, mas, também, como a que está sendo feita e a ser feita. “A história é o domínio em que o ser humano cria formas ontológicas – sendo elas próprias, a história e a sociedade, as primeiras dessas formas”, criação que não significa criação boa ou ruim, estruturada em valores bons ou negativos, querendo dizer com isso que, por exemplo, tanto o holocausto de Hitler e as prisões de Stalin, quanto a política e a democracia ateniense são criações humanas. O ser humano estaria inscrito em seu pensamento como a pessoa que reflete, pensa, age deliberadamente, tem vontade e cria. Comparando essas ideias com a dos paradigmas sociológicos, é possível comprehendê-las situadas do lado esquerdo dos quadrantes de Burrell e Morgan (1979), pois se trata de ideias que se afastam da realidade dada, assim como se afastam da ideia ontológica do ser humano subordinado a estruturas e a heteronomias, seja de que ideologia for: “direita, esquerda, volver”. Trata-se de um pensamento fundado em raízes subjetivistas, mas não interpretativistas apenas, pois ao compreender o ser humano como ser criador e transformador, criador inclusive de ontologias, é possível, compreender esse pensamento castoridiano próximo à ideia de humanismo radical de Burrell e Morgan (1979). O pensamento de Cornelius Castoriadis, a partir de um período de sua vida, poderia ser adjetivado de humanista radical, apenas para efeito didático de ilustração deste ensaio e pedindo a ele licença para fazê-lo.

Esse pequeno resumo aparenta uma das pretensões de Burrell e Morgan (1979) com seus estudos, talvez a principal. Os Estudos Organizacionais estão baseados em referenciais teóricos diversos, que podem ser similares, diferentes ou antagônicos quando comparados uns aos outros. O que Burrell e Morgan (1979) propõem é que cada teoria utilizada para o estudo de organizações, por exemplo, oriunda de qualquer campo científico, pode ser posicionada dentro de um dos quatro quadrantes que formam os paradigmas sociológicos: humanismo radical, interpretativismo, estruturalismo radical e funcionalismo. De forma análoga, as ideias de um pesquisador poderiam ser compreendidas dentro de um desses quadrantes, isso em determinado tempo, ou no feitio de determinado trabalho, já que o ser humano entendido como sujeito de reflexão, ação deliberativa, autonomia, criação e emoção pode transitar por esses quadrantes como preferir.

Cornelius Castoriadis foi, ele mesmo, exemplo de transformação, já que teve uma trajetória marcante e influenciada por pensamentos situados no paradigma sociológico do estruturalismo radical, que tem por base interpretações estruturalistas e revolucionárias “atribuídas” a pensamentos de Karl Marx. Nos anos 1960, porém, opta por uma mudança aguda em direção à subjetividade, rompendo com um pensamento construído ao longo de décadas. O que poderia expressar melhor a ideia de sujeito que ele próprio defendia? Em contraponto ao estudo das organizações a partir de referenciais objetivistas, como na proposta positivista de Durkheim (1972), as ideias de Castoriadis (1992) e de autores com visão parecida constituem base poderosa para quem intenta estudar temas como subjetividade, democracia, política, participação, dominação, alienação, gênero, poder, autogestão e tantos outros no campo dos Estudos Organizacionais.

Pois bem! A partir do momento em que estudiosos e uma gama de outros profissionais envolvidos nas organizações passaram a ter um referencial poderoso para tipificar determinada teoria ou determinado estudo ou forma de condução de uma organização, os Estudos Organizacionais nunca mais foram os mesmos e passaram por agitações profundas e frutíferas, por que não. Fato é que as ideias de Burrell e Morgan (1979) atravessaram essas tormentas com solidez, mas parece que antes mesmo de ter sido bem compreendidas, surgiram discussões ainda mais complexas, que vêm balançando e modificando significativamente a forma de desenvolvimento de estudos no campo das organizações. Um desses desdobramentos, que se seguiu ao debate sobre a “inconfundibilidade” dos paradigmas, diz respeito à produção de pesquisas que abrangem ou combinam paradigmas. Dados os limites propostos neste ensaio, a discussão será apenas introduzida, na forma que destaca o subtítulo a seguir.

Considerações complementares: multiparadigmatismo e interparadigmatismo a caminho nas pesquisas sobre temas organizacionais

Lewis e Grimes (2005, p. 72) defendem que “as abordagens multiparadigmáticas” auxiliam a exploração de fenômenos particularmente complexos e paradoxais, ao ajudar estudiosos a utilizar perspectivas teóricas distintas. Os autores chegam a fornecer um guia sobre modelos multiparadigmáticos, associando-os a diferentes abordagens em uma estratégia caracterizada pela metatriangulação para o desenvolvimento de teorias. Os autores, como outros o fazem, também alertam para o fato de que embora os Estudos Organizacionais ainda sejam dominados pela ortodoxia funcionalista, muitos estudiosos têm desenvolvido cada vez mais seus trabalhos com base em perspectivas paradigmáticas críticas e interpretativas. Por paradigmas críticos pode-se entender, resumidamente, os paradigmas sociológicos do estruturalismo radical e do humanismo radical, que se contrapõem principalmente ao paradigma funcionalista.

Essencialmente, o interpretativismo confronta o objetivismo enraizado na doutrina funcionalista, “enquanto a vertente crítica combate sua inclinação à regulação e à manutenção da ordem social, ou seja, a sua falta de engajamento em prol da mudança social”, como expõem Vergara e Caldas (2005, p. 66). Um dos pontos centrais da teoria crítica nos Estudos Organizacionais é a defesa de mudança de regras morais, como, por exemplo, de regras que concedem legitimidade e sustentação à sacralização de prerrogativas gerenciais e de necessidade de imperiosidade do funcionalismo, que implica existência inevitável de relações patriarcais de poder, como protesta Willmot (2003).

Cabe abrir um parêntese para abordar um pouco mais o termo “crítico”, tendo em vista sua importância para o entendimento de ideias contidas na obra de Burrell e Morgan (1979). A denominada *teoria crítica* se origina, principalmente, em interpretações do pensamento de Karl Marx, desenvolvidas por pensadores antipositivistas que fundaram a Escola de Frankfurt. Entre os fundadores mais destacados estão Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Herbert Marcuse. Houve, ainda, teóricos que passaram temporariamente pela Escola, aportando contribuições significativas, como Walter Benjamin, que tinha como companheiro de estudo Theodor W. Adorno. Walter Benjamin teve fama póstuma, lembra Arendt (2008, p. 165):

Eram poucos os que ainda conheciam seu nome quando optou pela morte naqueles primeiros dias do outono de 1940 que, para muitos de sua origem e geração, marcaram o momento mais negro da guerra – a queda da França, a ameaça à Inglaterra, o ainda intacto pacto Hitler-Stalin, cuja consequência mais temida naquele momento era a íntima cooperação entre as duas forças policiais secretas mais poderosas da Europa.

De fato, professora Ana, “a escolha pela perspectiva crítica não pode ser considerada fácil, pois envolve abandonar o mundo seguro do funcionalismo” (PAES DE PAULA, 2008, p. xi), entre outras seguridades.

Desde os anos 1960, o filósofo alemão Jürgen Habermas, da segunda geração de teóricos da Escola de Frankfurt, tem influenciado fortemente a teoria crítica, com suas ideias que contrapõem racionalidade e ação comunicativa. O agir comunicativo baseia-se na compreensão ontológica do ser humano como quem age comunicativamente em busca do entendimento, característica comunicacional que vai se perdendo com o advento da racionalidade, como defende Habermas (2012a; 2012b). Uma breve opinião de Bronner (1997, p. 343) sobre seu engajamento, que atravessa décadas, sugere sua contribuição para o pensamento crítico:

Habermas tornou-se um intelectual público exemplar. Ele assumiu uma posição quanto aos grandes temas de sua época: exigindo maior democracia no sistema educacional, lidando com protestos estudantis, confrontando os conservadores que acreditavam ser o momento de lavar as mãos do passado nazista no *Historikerstreit*, desafiando os pós-modernos defensores do relativismo e do experimentalismo, lutando pelas contribuições ao Estado do bem-estar social, opondo-se à distribuição de mísseis nucleares na Alemanha, alertando para o otimismo fácil gerado pela perspectiva de reunificação de seu país, expressando sua

incerteza e seu apoio à guerra no Golfo Pérsico e rejeitando o novo nacionalismo em nome de um patriotismo constitucional.

Além disso, antes de abordar um pouco mais as ideias de combinação paradigmática desenvolvidas por Lewis e Grimes (2005, p. 72), abra-se um pequeno parêntese para refletir sobre a oportunidade e a necessidade de atração de perspectivas epistemológicas, teóricas e metodológicas de outros campos do conhecimento que se apresentam valiosas à ciência da administração. Uma inovadora ideia que vem da psicologia social e que começa a merecer espaço nos Estudos Organizacionais, por exemplo, é a teoria da subjetividade e a epistemologia qualitativa articuladas por González Rey (2003; 2005). Na dimensão ontológica, suas ideias se assentam na concepção de natureza humana que comprehende o ser humano como ser dotado de pensamento, emoção e linguagem; o ser humano como ser criativo, autônomo, ativo, reflexivo, que constrói sua subjetividade na tensão recíproca, constante e permanente entre a subjetividade individual e a subjetividade social. O homem não é produto do social, mas resultado do enfrentamento com o social, com a subjetividade social.

Aproveitando essas ideias, escute-se outro menino. No final do ano de 2012, quando inúmeras crianças “curtiam” seus brinquedos de Natal, no município da Serra, no Espírito Santo, aos 14 anos, esse menino “curtia” uma delegacia, onde se expressou ao repórter:

- Desde quando você fuma crack?
- Desde sete anos.
- E seus pais...
- Eles pedem pra eu parar...
- E essa arma...
- Não é arma, é minha menina preta...
- Desde quando você tem ela?
- Desde os dez anos.
- Essa garrucha...
- Já disse que não é garrucha. É minha menina preta. Agora que pintei é minha menina branca...

Trata-se de um diálogo que, em princípio e a partir de uma visão meramente exteriorizada, não revelaria informações ou conhecimentos relevantes, já que se trata de um “dado” isolado, um componente de determinado “fato social”, no caso, a chamada “delinquência juvenil”. Porém, a partir da utilização de conceitos como subjetividade individual e subjetividade social, é possível enxergar um menino forjando sua subjetividade no confronto com a subjetividade social que o pressiona e procura anulá-lo, até. Entre outras interpretações, seria possível entender esse menino como alguém que, naqueles breves e únicos instantes a ele oferecidos, enfrenta a subjetividade social hegemônica com gestos, palavras e emoções que podem ser consubstanciados em significados como: “eu estou aqui”; “eu sou sujeito”; “o Estado, essa delegacia, a imprensa, a sociedade e suas instituições me abandonaram”; “mas assim mesmo eu os enfrento, a meu modo e com os poucos recursos que me restam, antes que eu vire apenas um número num fato social em 2013”: “quando eu brinco com minha menina preta, não sei se me divirto mais com ela do que ela comigo”.

Como pensar que ali existe um “ator social”, como quer impor a hegemonia social objetivista e exteriorizada? Como não ver ali um sujeito? A questão da violência tem sido cada vez mais central nos debates no âmbito da Administração Pública no Brasil. Paradoxalmente, o desconhecimento acerca da questão social, assim como de muitas outras, parece acompanhar o ritmo dessa preocupação. Fato é que as pesquisas realizadas a partir de perspectivas subjetivistas e críticas ainda são poucas, a despeito de seu

desenvolvimento nos últimos anos. Afinal, quem se interessaria pela singularidade de um menor envolvido pela violência já aos 7 anos? Que mestrando ou doutorando colocaria em risco seu projeto para escutar a singularidade de um menino? Por que se investir em pesquisas que busquem compreender aspectos culturais, históricos e sociais que fomentam o problema? Por que pesquisar a história de vida daquele menino, já que se trata de apenas uma entre as muitas que, em conjunto, formam um “fato social”? Que sentidos subjetivos podem ser compreendidos a partir daquelas breves palavras do menino? Que generalizações podem ser desenvolvidas? Que sentidos subjetivos novos podem ser produzidos a partir dessas novas descobertas? Que expressões hegemônicas da subjetividade social conformam a visão dos administradores públicos no Brasil acerca desse e de outros problemas sociais? Como mudar essa realidade?...

Esses extremos ontológicos e epistemológicos podem sustentar, por exemplo, que a opinião de Reed (2006, p. 62) se assenta cada vez mais atual, pois parece mesmo que os estudiosos em organizações se preparam com um contexto em que certezas ideológicas e “remendos técnicos que outrora eram o suporte de sua disciplina estão sendo questionados e aparentemente já começam a recuar no debate sobre a natureza da organização e quais os meios mais adequados ao seu estudo” (REED e HUGHES, 1992). Mozzato e Grzybowski (2011) destacam o posicionamento de Reed (2006) a favor dos teóricos críticos no campo dos Estudos Organizacionais, quando os incita inclusive a formar rede de debates críticos internos e externos.

Entretanto, retomando Lewis e Grimes (2005), para a realização de sua pesquisa, focada no tema tecnologia de produção avançada, em um primeiro momento reúnem abordagens e modelos multiparadigmáticos analisados em termos de técnicas empregadas, fenômenos de interesse estudados e resultados obtidos pelas pesquisas. Ainda dentro dessa classificação, que reúne trabalhos científicos realizados entre 1983 até 1998, os autores dividem esses trabalhos em termos de revisão de teorias, pesquisa multiparadigmática e construção de teorias multiparadigmáticas. Em outra parte do estudo, de cunho prático, analisam processos de construção de teorias de indução tradicional e de metatriangulação, desdobrando a perspectiva multiparadigmática em quatro dimensões: paradigma único – atividade tradicional indutiva; variação da atividade indutiva; propósito da metatriangulação; e implicações para o estudo da tecnologia de produção avançada.

Em resumo, como o assunto é complexo, essa construção teórica é realizada com o objetivo de organizar e planejar as etapas da pesquisa em termos de fundamento (perguntas de pesquisa, revisão de bibliografia, escolha da fonte de dados); análise de dados (desenho do processo de análise, codificação dos dados, tabulação e/ou apresentação da análise); e construção de teorias (desenvolvimento e teste de propostas, construção de teorias e avaliação da teoria resultante). Ao final da pesquisa, Lewis e Grimes (2005) localizam os principais elementos de seu estudo dentro de um quadro adaptado dos quatro paradigmas sociológicos propostos por Burrell e Morgan (1979): humanista radical, estruturalista radical, funcionalista e interpretativista. Os resultados da pesquisa se mostraram interessantes na medida em que não eram interpretados dentro de uma única das diferentes perspectivas, o que parece acarretar variedade de observações que não seria possível de ser obtida a partir do uso exclusivo de uma ou de outra perspectiva paradigmática. Os autores defendem que a exploração de visões divergentes possibilita complexidade e, por isso, maior produtividade ao debate acadêmico, e salientam que a natureza provocativa da pesquisa multiparadigmática contorna a questão sobre se é possível ou não ao pesquisador escapar de seu paradigma corrente ou original.

Como se trata de uma ideia relativamente recente, é possível dizer que tanto suas bases quanto os resultados de pesquisa nelas sustentadas ainda não sofreram contestações mais densas, mas, na medida em que forem sendo aplicadas, poderão ser discutidas mais a fundo. Um alvo dessas discussões poderá tangenciar, supostamente, a questão sobre a fragilidade que essas ideias acarretam para o combate à dominância do paradigma funcionalista nos Estudos Organizacionais. Em outras palavras, poderia ser a utilização concomitante de paradigmas subjetivistas e objetivistas nos Estudos Organizacionais interpretada como relativo recuo da “crítica” ao positivismo e ao funcionalismo?

Entretanto, o fato é que as agitações pelas quais passaram os Estudos Organizacionais desde a publicação da obra de Burrell e Morgan (1979) parecem estar longe de acalmar-se. Para os pesquisadores que se dedicam à Administração, é possível perceber um campo repleto de debates calorosos e intensos que, em grande parte, funda-se em defesas e ataques a teorias e a paradigmas. Um campo que conserva inúmeras dualidades; defesas e ataques a dicotomias; teorias situadas no campo ontológico da subjetividade e da objetividade; epistemologias e metodologias qualitativas e quantitativas. Aumentam essas inquietações as visões de mundo e de realidade localizadas em dimensões distintas da subjetividade e da objetividade, tendo, de um lado, os estudos críticos com a visão de mudança e, de outro, ideias fundadas na manutenção da ordem.

Nesse “caos”, ao menos aparente, no campo dos Estudos Organizacionais, há que se mirar com respeito explicações como a de Reed (2006, p. 62), baseadas nas ideias do americano Thomas Samuel Kuhn (1922-1996), de que o momento atual é de uma ciência revolucionária, e não mais de uma ciência normal. Segundo Kuhn (1962), a ciência é destinada a resolver problemas em um contexto metodológico denominado paradigma, que determina um padrão racional em uma coletividade de cientistas. O paradigma caracteriza, assim, a ciência normal. No entanto, anomalias, refutações e contraexemplos podem colocar “em xeque” um paradigma. Caso não consiga sair bem de um xeque ou de um conjunto de xeques, por meio de fundamentações teóricas próprias, ocorre, então, a ciência revolucionária, isto é, a adoção de outro paradigma ou de outra visão de mundo. Esse ponto de vista acarreta mudança extraordinária no modo de pensar as organizações, pois:

A ciência normal é dominada pela atividade de resolver problemas e por programa de pesquisa incremental, realizados com base em modelos teóricos amplamente aceitos e fortemente institucionalizados (LAKATOS e MUSGRAVE, 1970). Já a ciência revolucionária ocorre quando os “pressupostos” comuns sobre o objeto de estudo, os modelos de interpretação e o próprio conhecimento estão expostos a crítica e reavaliação contínuas (GOULDNER, 1971; REED, 2006, p. 63).

Nesse aparente momento revolucionário, é possível perceber que a porta para pensamentos plurais e divergentes no campo da Ciência da Administração encontra-se aberta, abertura que pode ser objeto de outros textos, orientados por questões como: Que novos desdobramentos decorrentes das ideias de Burrell e Morgan (1979) estão reservados para o campo dos Estudos Organizacionais? Que abordagens paradigmáticas ou que teorias terão maior influência para o desenvolvimento de estudos sobre as organizações? Como se apresenta a perspectiva do avanço das pesquisas baseadas em abordagens subjetivistas no campo dos Estudos Organizacionais? Trata-se de uma porta que se abre aos pesquisadores interessados na urgência cada vez maior de realização de pesquisas sobre temas organizacionais a partir de olhares interpretativos e críticos. Críticos no entendimento de Alvesson e Deetz (2006, p. 226), de que a teoria crítica não representa um “modismo ou simples” fascinação, mas caminho importante para a compreensão das organizações e de sua administração.

E cabe a observação inspirada no menino, de que as “bolebas”, ou, melhor dizendo, as “abóbras” de quem se aventura nessa audaciosa e agitada viagem no campo dos Estudos Organizacionais estão bem longe de ajeitar-se na “carroça”!

Referências

A GAZETA. Vitória, 3 jan. 2013a, n. 29.147.

_____. Vitória, 3 jan. 2013b, n. 29.153.

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2006. v. 1, p. 227-264.

ARENKT, H. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRONNER, S. E. **Da teoria crítica e seus críticos**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2006. v. 1, p. 439-462.

_____. ; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.

CALDAS, M. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 53-57, jan./mar. 2005.

_____. ; FACHIN, R. Paradigma funcionalista: desenvolvimento de teorias e institucionalismo nos anos 1980 e 1990. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, p. 45-51, abr./jun. 2005.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. v. 3.

DAHRENDORF, R. **Class and class conflict in industrial society**. Stanford: Stanford University Press, 1959.

DONALDSON, L. Teoria da contingência estrutural. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 105-133.

_____. Organization theory as a positive science. In: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. **The Oxford handbook of organization theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 39-62.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

_____. **O suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento**. Espírito Santo – 2030. Vitória: Contemporânea Ltda, 2013.

GIDDENS, A. **The constitution of society**. Cambridge: Polity Press, 1984.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

_____. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**. Os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

GOULDNER, A.W. **The Coming Crisis of Western Sociology**. London: Heinemann, 1971.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. Sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

_____. **Teoria do agir comunicativo**. Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

HATCH, M. J.; YANOW, D. Organization theory as an interpretive science. In: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. **The Oxford handbook of organization theory**. Oxford: Oxford University Press, p.63-87, 2005.

HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Ed. 70, 2001.

JACKSON, N.; CARTER, P. In defense of paradigm incommensurability. **Organizational Studies**, v. 12, n. 1, p. 109-127, jan. 1991.

KUHN, T. S. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Eds.). **Criticism and the Growth of Knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

LEWIS, M. W.; GRIMES, A. J. Metatriangulação: a construção de teorias a partir de múltiplos paradigmas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 72-91, jan./mar. 2005.

LOCKWOOD, D. **The blackcoated worker: a study in class consciousness**. London: Allen & Unwin, 1956.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 343-348, mar./abr. 2011.

MISSE, M. Existe uma sociologia weberiana? **Cult**, Ed. 124, p. 47-50, 2008.

MONTAIGNE, M. **Os ensaios**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. v. 1.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Thompson Pioneira, 2002.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MOUSTAKAS, C. **Phenomenological research methods**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Desenvolvimento paradigmático da teoria das organizações: uma abordagem crítica e a concepção de indivíduo na perspectiva emancipatória. In: COLÓQUIO DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 1., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em <<http://www.coloquioepistemologia.com.br/TEO/TEO001c.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

PAES DE PAULA, A. P. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

PARSONS, T. **Structure of social action**. New York: McGraw-Hill, 1937.

PLANT, G. **Hegel**. London: Allen and Unwin, 1973.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2006. v. 1, p. 61-97.

_____. ; HUGHES, M. **Rethinking organization**. London: Sage, 1992.

REIS, N. Nando Reis explica o significado de O Segundo Sol. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=DThOYUWQPx4>>. Acesso em: 16/12/2013.

RODRIGUES, J. A.; FERNANDES, F. **Durkheim**. São Paulo: Ática, 2010. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SCHUTZ, A. **The Phenomenology of the Social World**. London: Heinemann, 1972.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 4, p. 66-72, out./dez. 2005.

WEAVER, G. R.; GIOIA, D. A. Paradigms lost: incommensurability vs. structurationist inquiry. **Organizational Studies**, v. 15, n. 4, p. 565-589, jul. 1994.

WILLMOT, H. Organization theory as a critical science? In: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. **The Oxford handbook of organization theory**. Oxford: Oxford University Press, p.88-112, 2003.